

22

cadernos temáticos CRP SP

***A quem interessa
a "Reforma"
da Previdência?:***

*articulações entre a psicologia
e os direitos das trabalhadoras
e trabalhadores*



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP 06

cadernos temáticos CRP SP

***A quem interessa
a "Reforma"
da Previdência?:***

*articulações entre a psicologia
e os direitos das trabalhadoras
e trabalhadores*

CRP 06 · São Paulo · 2019 · 1ª Edição

Caderno Temático nº 22 – A quem interessa a “Reforma” da Previdência?: articulações entre a psicologia e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores

XV Plenário (2016-2019)

Diretoria

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Conselheiras/os

Aristeu Bertelli da Silva (*Afastado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques de Mattos
Bruna Lavinias Jardim Falleiros (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Clarice Pimentel Paulon (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Ed Otsuka
Edgar Rodrigues
Evelyn Sayeg (*Licenciada desde 20/10/2018 - PL 2051ª de 20/10/18*)
Ivana do Carmo Souza
Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno
Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Maria Rozineti Gonçalves
Maurício Marinho Iwai (*Licenciado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Mary Ueta
Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Fernando Presotto
Rodrigo Toledo
Vinicius Cesca de Lima (*Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)

Organização do caderno

Jamille Georges Reis Khouri

Revisão ortográfica

Andrea Vidal

Projeto gráfico e editoração

Paulo Mota | Relações Externas CRP SP

C755q Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
A quem interessa a “Reforma” da Previdência?: articulações
entre psicologia e direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.
24 p.; 21x28cm. (Cadernos Temáticos CRP SP /nº 22)

ISBN: 978-85-60405-47-3

1. Psicologia – Direitos da Trabalhadora e do Trabalhador. 2.
Previdência Social. 3. Psicologia Organizacional e do Trabalho. I. Título

CDD 158.7

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Toledo CRB8/8396

Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos do CRP SP*, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orientam as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas/os; o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, ser um espaço para que a categoria apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP, que contaram com a experiência de pesquisadoras/es e especialistas da Psicologia para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como um fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas/os, bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 22º Caderno da série. Seu tema é: *A quem interessa a "Reforma" da Previdência? Articulações entre a Psicologia e os Direitos das Trabalhadoras e Trabalhadores.*

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todas/os.

XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Os Cadernos já publicados podem ser consultados em www.crsp.org.br:

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas
- 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
- 11 – Psicologia e Diversidade Sexual
- 12 – Políticas de Saúde Mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade
- 14 – Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia
- 15 – Centros de Convivência e Cooperativa
- 16 – Psicologia e Segurança Pública
- 17 – Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social
- 18 – Psicologia do Esporte: contribuições para a atuação profissional
- 19 – Psicologia e Educação: desafios da inclusão
- 20 – Psicologia Organizacional e do Trabalho
- 21 – Psicologia em emergências e desastres

Sumário

Evento: A quem interessa a "Reforma" da Previdência? A Psicologia na Defesa Intransigente dos Direitos das Trabalhadoras e dos Trabalhadores

07 APRESENTAÇÃO

ABERTURA

O que a Psicologia tem a ver com isso?

08 *Guilherme Rodrigues Raggi Pereira*

Previdência Social – Um direito de todas e todos

09 *Beatriz Borges Brambilla*

PALESTRAS

Uma reforma na previdência do povo pobre, para quê?

11 *João Batista Inocentini*

A destruição da Previdência Social

14 *Carlos Giannazi*

19 *Leny Sato*

A "Reforma da Previdência"

21 *Vinicius Saldanha Momberg*

23 *Cleiton Leite Coutinho*

Apresentação

Comissão de Políticas Públicas - CPP CRP SP

A quem interessa a “reforma” da previdência?

A discussão sobre as políticas públicas tem crescido significativamente entre as psicólogas e psicólogos, tem havido um aumento significativo de produções de pesquisas e análises teóricas a partir das contribuições da ciência e da profissão psicológica.

Para nós, psicólogas e psicólogos, a discussão das políticas públicas remete ao mesmo tempo às possibilidades de atuação diante das refrações da questão social, ofertando maior qualidade de vida e dignidade à população brasileira, considerando o acentuado cenário de desigualdade social, e também reconhecer, desvelar e construir estratégias possíveis de mediação considerando a dimensão subjetiva dos processos encampados pelo Estado brasileiro em suas formas de atendimento, ou seja, na garantia, proteção e defesa de direitos sociais e humanos.

A Psicologia muito tem contribuído em algumas políticas sociais, como de educação, saúde, assistência social e justiça, em que tem uma atuação referendada e consolidada, construindo processos de trabalho e modelos de assistência pautados nos princípios éticos de nossa profissão.

As políticas de seguridade social são as políticas sociais cujo fim é o amparo à vida, com um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social.

A seguridade social é um direito constituído legalmente, previsto na Constituição Federal de 1988, que obedece a princípios e diretrizes de universalização do direito, uniformidade e equivalên-

cia de benefício entre as populações rurais e urbanas e irredutibilidade do valor do benefício.

O presente *Caderno Temático* debruça-se sobre a Previdência Social, que tem por fim assegurar aos beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. Tais direitos são universais, ou seja, toda a cidadã e cidadão brasileiro nas condições descritas acima devem ter acesso ao benefício da Previdência Social, sendo que o valor da renda mensal (substituição do salário ou rendimento) não pode ser inferior ao salário mínimo.

Diante destas diretrizes e princípios, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, problematiza as chamadas contrarreformas neoliberais, medidas adotadas pelo Estado brasileiro, nomeadas como reformas, que trariam benefícios para a população geral, no entanto, caracterizadas como expressão da retirada do acesso aos direitos, alinhadas com uma perspectiva societária neoliberal e individualista.

A “reforma” da Previdência Social está sendo tramitada no Congresso Brasileiro desde 2016. No entanto, com o início de um novo governo em 2019 as ameaças são ainda maiores, e vivemos efetivamente a destruição da Previdência Social.

Nosso dever ético como profissionais da Psicologia é de defender os direitos à dignidade e integridade do povo brasileiro, compreendendo assim a dimensão subjetiva deste direito social e o afirmando como um princípio. 

O que a Psicologia tem a ver com isso?

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Conselheiro Tesoureiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP

O conselheiro inicia a sua fala questionando o porquê de o Conselho de Psicologia fomentar um debate sobre a Reforma da Previdência¹ a partir da pergunta “O que a Psicologia tem a ver com isso?”.

Longe de dar uma resposta definitiva ou, talvez, sequer de dar uma resposta, eu queria salientar que a nossa profissão hoje se insere em cada vez mais espaços, seja nas políticas públicas, seja na iniciativa privada, seja no trabalho autônomo. Em todos esses espaços nós somos trabalhadores e trabalhadoras, prestamos serviços, fazemos sugestões e atuamos em atividades que são tão diversas quanto à própria Psicologia. Bom, entra o Conselho. O CRP é uma autarquia destinada a orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional. Eu poderia ir muito longe falando disso, mas vou me contentar em dizer que, dentre muitas outras, a função última dessas atividades de orientação e fiscalização é a qualificação, isto é, qualificar eticamente os serviços que as psicólogas e os psicólogos oferecem para nossa sociedade.

“Debater criticamente a reforma da Previdência e seu impacto nos indivíduos e nas coletividades, com efeitos que marcam nosso momento histórico e que serão sentidos pelas trabalhadoras/es psicólogas/os e pelos usuários de seus serviços”

Falar em ética imediatamente nos remete ao nosso código de ética profissional, que deve estar sempre no nosso horizonte. O nosso código é um instrumento de reflexão que orbita em torno da defesa e da promoção, da igualdade e da dignidade do ser humano. É nossa responsabilidade ter zelo por esses valores através do aprimoramento profissional e da análise crítica dos contextos político, econômico, histórico e social. É com essa intenção que nós iniciamos o nosso diálogo aqui: debater criticamente a reforma da Previdência e seu impacto nos indivíduos e nas coletividades, com efeitos que marcam nosso momento histórico e que serão sentidos pelas trabalhadoras/es psicólogas/os e pelos usuários de seus serviços. 🌐

1 É importante explicitar que o evento que gerou o presente caderno temático ocorreu em fevereiro de 2018, período em que o Governo Temer encaminhou a proposta da Reforma da Previdência para o Congresso Nacional.

Previdência Social Um direito de todas e todos

Beatriz Borges Brambilla

Conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP

O debate da Previdência Social e dos direitos trabalhistas são fundamentais para a compreensão de nossas formas de organização de Estado e das políticas sociais. A Comissão de Políticas Públicas e o Centro de Referências Técnicas de Psicologia e Políticas Públicas, o CREPOP, tomam esta problemática, considerando um direito e uma política. O que significa para nós, enquanto Conselho, essa pauta da Previdência Social e dos direitos trabalhistas, especialmente para uma Comissão de Políticas Públicas e para o Centro de Referências Técnicas de Psicologia e Políticas Públicas, o CREPOP? Estamos falando de um direito e de uma política setorial pouco debatidos pela Psicologia e pelas psicólogas, sendo, portanto um dever ampliar as possibilidades de entendimento desse fenômeno.

Acreditamos, apostamos e desejamos que compreender a subjetividade é compreender, ao mesmo tempo, a realidade que está tomada por determinações sócio-históricas, atravessadas por uma divisão social, de gênero e racial do trabalho, o que repercute diretamente na questão da Previdência Social. Gostaria de lembrar o Paulo Freire, que nos ensina de alguma forma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”¹.

“Acreditamos, apostamos e desejamos que compreender a subjetividade é compreender, ao mesmo tempo, a realidade que está tomada por determinações sócio-históricas, atravessadas por uma divisão social, sexual e racial do trabalho, o que repercute diretamente na questão da Previdência Social”

Mas o que significa isso do ponto de vista da nossa atuação como psicólogas na nossa leitura da realidade? Trago uma questão conjuntural para pensarmos, entendendo que vivemos um momento marcado por uma disputa de projeto societário, em que a democracia, as conquistas históricas e a luta pelos direitos sociais e trabalhistas estão ameaçadas, e, mais do que isso, algumas delas aparentemente perdidas.

Sabemos que a Previdência Social e o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, são instrumentos de enfrentamento da desigualdade

1 FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989, p.9.

social no Brasil. E mais: são direitos, direitos constitucionais previstos, que devem ser garantidos e que possibilitam condições de vida mínimas para as pessoas em tempos outros, que não o da exploração violenta do modo de produção capitalista. Também, uma frase do Marx: "De cada qual, segundo a sua capacidade, a cada qual, segundo as suas necessidades"², para que a gente possa compreender o sentido da Previdência Social nos diferentes momentos de vida das pessoas.

"Trago uma questão conjuntural para pensarmos, entendendo que vivemos um momento marcado por uma disputa de projeto societário, em que a democracia, as conquistas históricas e a luta pelos direitos sociais e trabalhistas estão ameaçadas, e, mais do que isso, algumas delas aparentemente perdidas"

Isso significa reconhecer os sentidos de direitos às diferentes pessoas em situações distintas. Adultos incapacitados para o trabalho, trabalhadoras/es, contribuintes ao longo de uma vida em situação de aposentadoria. Então, majoritariamente, quem são as usuárias da política de assistência social, que são beneficiárias desse direito? A classe trabalhadora! A gente não vê os grandes empresários tendo como necessidade a Previdência. E outra grande questão se refere ao momento que estamos vivendo: a votação da reforma da Previdência, com um caráter teatral e golpista.

Ao falarmos da Previdência Social, falamos do direito ao descanso, cuidado ou saúde em condições dignas de vida. A atual "Reforma" da previdência e sua votação tem um caráter. Vimos aí outras reformas que caminham para uma destruição do projeto de Brasil, e, em nome dessas reformas ditas para acabar com privilégios, de medidas altamente inconstitucionais, a gente não vê, por exemplo, o taxamento das grandes fortunas.

"Compreender o sentido da Previdência Social nos diferentes momentos de vida das pessoas"

O Brasil escolhe estrategicamente gastar quase 50% de seu orçamento no pagamento dos juros da dívida pública, sendo menos de 25% destinado à Previdência Social, ainda que os benefícios sociais sejam instrumentos que agregam condições e qualidade de vida para as pessoas. Hoje, a gente teve notícia do adiamento da votação e de uma série de acordos que chegam ao novo texto da reforma da Previdência, em que há uma arbitrariedade, inclusive, um lobby específico de diferentes segmentos de trabalhadoras e trabalhadores, especialmente representantes do braço armado do Estado, ou seja, as polícias e os servidores públicos que ainda terão condições distintas do resto da sociedade.

Desta forma, pergunto aos colegas: "Em que consiste a reforma da Previdência, o que está por trás dela e a quem interessa essa reforma?" 🙄

² A frase citada está na "Crítica do programa de Gotha", documento baseado em uma carta escrita por Karl Marx em 1875, para o grupo da social-democracia alemã em Eisenach.

Uma reforma na previdência do povo pobre, para quê?

João Batista Inocentini

Vice-Presidente da Força Sindical, é fundador do Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos da Força Sindical; atualmente, é Secretário Executivo do Partido Solidariedade e Presidente da Coopernapi (Cooperativa de Crédito), ligada ao Sindicato Nacional dos Aposentados

A nossa Previdência começou com o objetivo de resolver o problema das pessoas quando chegavam a uma certa idade ou quando não podiam mais trabalhar. Na época em que ela foi criada começou a arrecadação. Essa arrecadação foi sendo desviada na medida em que passaram a utilizar o dinheiro da Previdência como se fosse dinheiro do Estado, fazendo investimentos em outras áreas, instituindo uma cultura que os nossos políticos impuseram desde a criação da Previdência Social. No golpe de 1964 começaram a fazer isso, e naquela época não tinha ninguém aposentado. Todo mundo trabalhava e pagava a Previdência, e quando começaram a se aposentar, a Previdência já estava com um buraco. Nossa Previdência já nasceu com um rombo.

Depois de 15, 20 anos, houve um volume muito grande de pessoas que se aposentaram. Naquela época, a gente começava a trabalhar registrado cedo. Eu, por exemplo, comecei a trabalhar registrado com 13 anos. Hoje, nossos filhos e netos têm privilégios: com 15, 16, 17 ou até 20 anos ainda não estão trabalhando, algumas vezes porque não arrumam emprego mesmo, outras porque estão estudando, porque a lei mudou. Esse volume e nossa expectativa de vida foram aumentando e isso é uma realidade. Nós estamos vivendo mais. Naquela época, a expectativa de vida média era de 50, 55 anos, ao passo que hoje, em alguns lugares, chega aos 80 anos. Hoje a gente quer chegar à velhice com saúde e com uma Previdência para nós.

Na Constituinte de 1988, criamos uma área social, com reivindicações sociais, participação da população. Logo em seguida, o Sarney, que foi o primeiro presidente da República pós-Constituição de 1988, começou a desviar o formato da Previ-

dência Social que nós criamos. A seguridade social era um guarda-chuva para a Saúde, a Educação, a Assistência Social e a Previdência. Era uma arrecadação, e não uma arrecadação para investimento, mas uma arrecadação social. Aí o governo, em 1990, criou e desviou a seguridade social, começou a desmembrá-la, alegando que a Previdência deveria ter pernas próprias, devido ao alto número de aposentados. Só que todo o dinheiro que foi desviado nunca mais retornou para os cofres da Previdência.

Acho que nós erramos naquela época, porque deveríamos ter criado o Ministério da Seguridade Social. Mas não foi o que aconteceu; ao contrário, desmembraram a lógica do Ministério da Seguridade Social e criaram o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Assistência Social e o Ministério da Previdência Social. Ali já começou a dividir tudo e isso foi ficando cada vez pior. Há 15 anos, estamos em uma situação em que o governo resolveu o problema da Previdência apenas para meia dúzia de empresários do nosso país, que são os empresários que ganham muito dinheiro. Por exemplo, ele pega o dinheiro da Previdência e dá para quem? Para os exportadores de grão, que não geram emprego, não fazem distribuição de renda.

Só em 2016 eles foram beneficiados em quase 7 bilhões de reais, dinheiro que saiu dos cofres da Previdência Social e ficou na mão deles. Para quê? Para eles ganharem mais dinheiro. O governo de 2010 a 2016 exonera a folha de pagamento. No governo anterior, quando a folha seria exonerada, houve uma reunião em que perguntamos ao então presidente: "Se você fizer a exoneração, de onde vai vir o dinheiro? Da Previdência?", ele disse: "Chama o Ministro da Fazenda". Chamaram-no, e o Ministro perguntou: "Então, você não tem como repor

esse dinheiro?"; e o presidente respondeu: "Não". Então a coisa toda parou e nunca mais se falou em exoneração de folha de pagamento. Porque nós tínhamos um propósito na época de exoneração da folha, de que eu sou até a favor, mas seria necessário criar outro mecanismo de arrecadação. Isso aconteceu, por exemplo, na França, onde eles colocaram a arrecadação sobre o lucro. E quando teve aquela greve de caminhão lá, durou um ano e quase quebrou a Previdência Social. Por quê? Foi um "baita" de um rombo, que não teve lucro, e deixou de pagar a Previdência. Então, naquela época, eu sempre defendia que nós tínhamos que arrumar uma fórmula: diminuir a folha de pagamento e arrecadar com o faturamento das empresas. Por quê? Por exemplo, na Itália, na própria França, na Alemanha e na Inglaterra, quando se iniciaram o processo de terceirização e a modernização das fábricas, a primeira coisa que se discutiu foi Previdência Social. Aqui no Brasil não. Foi-se criando um robô e não discutiu a Previdência. Esqueceram que robô não paga Previdência, robô não está na folha de pagamento. Esse é um dos grandes problemas nossos. Um banco, por exemplo, nos anos 1980, era uma categoria enorme. Hoje você entra em uma agência de banco e tem cinco gerentes e 10 seguranças, todos terceirizados; se tiver um ou dois funcionários do banco é muito. Então aquele banco continua ganhando milhões e milhões e só paga a folha de pagamento de um funcionário; os robôs estão lá, e é isso em todas as empresas. E isso não foi discutido, se esqueceram disso.

Outro fator que levou a nossa Previdência a essa situação foi o funcionário público. Quando eu falo funcionário público, quero dizer o funcionário de alto escalão, porque nós temos uma elite com salários altíssimos: alguns funcionários do sistema judiciário, funcionários de alto escalão lá em Brasília, que ganham muito dinheiro, o que está quebrando o nosso país. E, como ganham muito, eles também têm aposentadoria alta. Por exemplo, tem aposentadoria e pensões de 70 mil reais. Aí você tem as Forças Armadas, que não têm limite; na sexta geração ainda recebem aposentadoria, um para o outro. Essa conta não tem como fechar.

Nosso sistema de aposentadoria hoje é de 35 anos de contribuição. O homem se aposenta então com 65 anos e a mulher com 60, já o homem do campo se aposenta com 60 anos e a mulher do campo com 55. E tem aí o fator previdenciário, supostamente para tentar reduzir o número de aposentados. Só que ocorreu o contrário: ele incentivou as pessoas a se aposentarem, porque quando elas

iam fazer as contas: "Olha, se eu completar tudo aqui, vou receber R\$ 2.000,00. Se eu me aposentar hoje, vou receber R\$ 1.100,00, então vou ter que trabalhar mais 15 anos. Se eu pegar esse R\$ 1.100,00 aqui e aplicar ele por 15 anos, não terei dinheiro que me cubra nem que eu viva até os 150 anos". Todo mundo esperava dar o tempo e ia se aposentar. Mesmo assim, nossa Previdência ainda é saudável. Só não é nesse ano de 2018 porque nós estamos com 13 milhões de pessoas desempregadas.

Em 2016 deixaram de entrar nas contas da Previdência Social mais de 62 bilhões de reais. Aí você tem, por exemplo, os estados, as prefeituras e a União, que não paga a parte dela. Então, é uma rotatividade em torno de 51 bilhões de reais que deixa de entrar para os cofres da Previdência, que seria da parte dela. Fora as empresas, que descontam dos trabalhadores e não pagam. Hoje, a dívida na Previdência é de mais de 400 bilhões de reais; isso é mais do que uma folha de pagamento do ano, porque em 2017 a folha de pagamento foi de cerca de 410 milhões.

"Por exemplo, quem trabalha na linha de produção de uma montadora. Depois de 50 anos, a pessoa não arruma mais emprego. E o que é que nós vamos fazer com essas pessoas até chegarem aos 65 anos? Jogar debaixo do viaduto?"

Foi o dinheiro da Previdência que construiu a ponte Rio-Niterói. Por que nós não temos participação naquele pedágio para arrecadação? Quanto dinheiro não entra lá? Vocês imaginam quanto dinheiro teria? Na Itaipu, nós damos energia para o Paraguai de graça, mas para a Previdência não temos nada. E foi a Previdência que financiou 90% daquela obra. Agora vem isso aí, a idade. O problema da aposentadoria aos 65 anos não é o problema de todos os trabalhadores, mas uma parte dos nossos trabalhadores não tem condições de trabalhar até essa idade. Por exemplo, quem trabalha na linha de produção de uma montadora. Depois de 50 anos, a pessoa não arruma mais emprego. E o que é que nós vamos fazer com essas pessoas até chegarem aos 65 anos? Jogar debaixo do viaduto? A idade, no nosso país, é uma questão de necessidade social, e nós não podemos fazer isso com nossa população. Precisamos

“Diante do exposto, eu defendo sim uma reforma na Previdência. Mas tem que ser uma reforma para pôr o dedo no câncer, e não uma reforma do jeito que o governo quer, porque nesse caso só o povo pobre paga, isto é, quem ganha até dois salários mínimos. Por que não se mexe em uma pensão de 70 mil reais?”

sim ter essa responsabilidade. Tudo bem se quem trabalha no ar condicionado, em uma sala, em um escritório, se aposentar aos 50, 55 anos.

No jornal saiu que a média de aposentadoria é de 55 anos. Só que 55 anos é somente no caso de quem aposenta por contribuição, isto é, apenas 18% dos aposentados no nosso país. E o que é pior: quem se aposenta jovem é o rico, e não é porque ele está preocupado, mas porque, quando completa 14 anos, o pai dele já começa a pagar a Previdência. Ele continua estudando e muitas vezes nem trabalha, mas quando chega aos 50, 55 anos, ele se aposenta. Engenharia, por exemplo, é a categoria que hoje, no nosso país, mais tem profissionais e é a que mais falta. Por quê? Noventa por cento dos filhos de fazendeiro são engenheiros. Eles estão lá cuidando do quê? Da fazenda ou da herança. Eles não estão exercendo a função na carreira de Engenharia, então estão aposentados.

Diante do exposto, eu defendo sim uma reforma na Previdência. Mas tem que ser uma reforma para pôr o dedo no câncer, e não uma reforma do jeito que o governo quer, porque nesse caso só o povo pobre paga, isto é, quem ganha até dois salários mínimos. Por que não se mexe em uma pensão de 70 mil reais? Vocês viram, no ano passado – saiu até na *Folha*, saiu no *Estadão* –, o José Sarney, nosso ex-presidente, entrando na justiça para reivindicar a terceira aposentadoria dele, no valor de 76 mil reais. Não é aposentadoria de um salário mínimo... é de 76 mil reais. O Banco Mundial fez um estudo segundo o qual menos de 1 milhão de pessoas consome 42% da receita da Previdência Social. Nosso câncer é esse. São esses funcionários de alto escalão, essas altas aposentadorias que nos levam à situação atual da Previdência.

O problema da Previdência, o discurso que eles fazem e a demagogia que eles usam, a forma de comunicação, é para nos atingir. É vergonhoso, porque a Previdência a gente conhece. Eu conheço bem a Previdência; negociei 17 anos lá. A gente sabe onde está o problema e como é a nossa Previdência. Antes era a corrupção o problema. De tanto a gente denunciar, foi diminuindo, mas não acabou. Aqui em São Paulo temos aproximadamente 20% de taxistas que recebem benefício acidentário e estão dirigindo táxis. Ainda existe corrupção, porque não temos fiscalização. Queremos, sim, discutir a reforma para acabar com o privilégio e fazer uma Previdência única para toda a sociedade brasileira. 🙏

A destruição da Previdência Social

Carlos Giannazi

Professor e diretor de escola pública, mestre em Educação e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Autor dos livros A doutrina de segurança nacional e o milagre econômico (Cortez, 2013) e Marcha contra o saber (Global, 2014). É deputado estadual pelo PSOL e membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.

O tema da reforma da Previdência é altamente oportuno e emergencial, e é importante que os profissionais de psicologia estejam engajados nessa luta. Acho que a melhor maneira de começar esse debate é respondendo à pergunta: *"Primeiro, a quem interessa a reforma da Previdência?"*. A reforma da Previdência não se trata de uma reforma, mas da destruição da Previdência Social no Brasil. Tanto é que está "reforma", porque acho que é isso mesmo... não é uma reforma. Nós tivemos duas grandes reformas da Previdência contra os trabalhadores e as trabalhadoras no Brasil, uma no governo de 1998, a famosa Emenda 20, que foi um atentado contra os trabalhadores; e a Emenda 41, no governo seguinte. Ambas prejudicaram imensa-

"A reforma da Previdência não se trata de uma reforma, mas da destruição da Previdência Social no Brasil"

mente vários segmentos dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso é claro para todos nós: a Emenda 20 e a Emenda 41, foram dois ataques brutais contra o direito previdenciário. Mas esse projeto do governo de 2016 não era nem reforma, porque era destruição da Previdência Social. Esse projeto, na verdade, atende aos interesses de uma lógica neoliberal do Estado mínimo, mas, sobretudo dos rentistas, dos especuladores da dívida pública brasileira, dos grandes banqueiros nacionais e internacionais, além de atender aos interesses das empresas privadas de previdência, que são muitas no Brasil e estão dando todo o suporte. Foram elas que ajudaram na elaboração deste projeto, porque

o secretário da Previdência (o autor do projeto) consultou as empresas em questão e é funcionário dessas empresas de previdência privada.

As empresas de previdência privada têm muito interesse nesse projeto porque querem privatizar. Querem entrar nesse ramo porque tem muito dinheiro; são bilhões de reais, é um filão de mercado para explorar e ganhar muito dinheiro. Mas o grande interesse delas mesmo é no mercado financeiro.

A reforma da Previdência não está acontecendo solta no ar; ela está dentro de uma conjuntura, não só nacional, mas também internacional. Nós estamos vivendo mais uma crise do capitalismo, no país e fora dele. Essa crise cíclica começou em 2008 nos Estados Unidos, depois se expandiu para a Europa. E o que acontece? O capital não perde nunca, quando percebe que vai perder, ele tira de algum lugar, nunca se perde sua margem de lucro, nunca

"Esse projeto, na verdade, atende aos interesses de uma lógica neoliberal do Estado mínimo, mas, sobretudo dos rentistas, dos especuladores da dívida pública brasileira, dos grandes banqueiros nacionais e internacionais, além de atender aos interesses das empresas privadas de previdência, que são muitas no Brasil e estão dando todo o suporte"

perde sua acumulação capitalista. É como aquela máquina tem que funcionar sempre, acumulando e tendo lucro, e quando tem um colapso, o que é que ele faz? Aprofunda a retirada dos fundos públicos, ataca o orçamento público de cada país. É isso o que ele está fazendo hoje aqui no Brasil. O que é que foi a reforma trabalhista? Ela veio nessa direção: a lei da terceirização, que já foi aprovada; a Emenda 95, que foi aprovada no final do ano passado.

"Aprofunda a retirada dos fundos públicos, ataca o orçamento público de cada país"

Vocês se lembram do que eles chamavam de "teto dos gastos", mas não é. Aquilo ali é a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da morte, porque é o congelamento dos investimentos nas áreas sociais, na Educação, na Saúde, na Assistência Social e na Cultura por 20 anos. Talvez aquela emenda seja pior do que a reforma da Previdência, do que a reforma trabalhista, do que a lei da terceirização e todas as outras medidas, porque apenas uma área saiu ilesa e ficou livre do teto dos gastos, que foi o pagamento de juros da dívida pública brasileira.

É justamente isso que eu estou dizendo: é onde ganham o rentista, o especulador, o banco com a dívida pública brasileira. Aí não tem teto, aí pode pagar tudo. Tanto é que hoje, por exemplo, o pagamento de juros da dívida pública brasileira consome quase 48% do orçamento brasileiro, ou seja, quase metade do nosso orçamento, da nossa riqueza é destinada ao pagamento de juros da dívida, que beneficia 1% da população. Então, é isso que está por detrás de tudo: eles querem

"Vocês se lembram de que eles chamavam de 'teto dos gastos', mas não é. Aquilo ali é a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da morte, porque é o congelamento dos investimentos nas áreas sociais, na Educação, na Saúde, na Assistência Social e na Cultura por 20 anos"

canalizar mais recursos para a amortização da dívida. Nem é para o pagamento da dívida, mas o pagamento dos juros da dívida, então eles estão saqueando os fundos públicos.

A reforma da Previdência é para isso: eles querem entrar no filão, pegar uma parte do dinheiro da Previdência, da seguridade social, e transferir para o pagamento dos juros. Por isso estão insistindo tanto nessa reforma da Previdência, porque o governo tinha que entregar essa mercadoria, e prometeu isso quando assumiu a presidência após o *impeachment*. Porque o governo anterior começou a fazer, no segundo mandato, o ajuste fiscal para o mercado. Eles iam fazer o ajuste fiscal também; não fariam dessa maneira tão selvagem, porque o partido do governo não conseguiria fazer por sua base social, mas começaram. Mas o fato é que o ajuste começou principalmente no mandato de 2014 a 2016, quando foi feita uma mudança total no programa de governo. O governo foi reeleito, mas colocou para funcionar o programa de cortes orçamentários da oposição.

Eu me lembro de que, no dia da posse da presidência em 2015 houve um lançamento, um *slogan* que era "pátria educadora". No outro dia, em uma canetada, foi assinado um decreto retirando 10 bilhões de reais da educação pública brasileira, prejudicando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, as universidades. Mas, obviamente, não teria condições de fazer um ajuste fiscal selvagem, radical, como o que o governo seguinte se propôs a fazer. Ele tinha que entregar e ia fazer de tudo para entregar, por isso não estava medindo esforços. Ele ia tentar entregar a reforma da Previdência mesmo desidratada, enfraquecida, mas ia tentar. Mas eu quero dizer o seguinte: a quem interessa essa reforma, essa destruição da Previdência? Interessa a esses grupos econômicos, rentistas, especuladores, bancos nacionais e internacionais, para as empresas de previdência privada e para a lógica neoliberal do Estado mínimo.

Estamos vivendo um momento de retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no Brasil, tudo isso para garantir a margem de lucro do capital. Com a crise de 2008, foi dado ao Brasil um papel que nós chamamos de divisão internacional do trabalho. Ao nosso país coube a função de ser um mero exportador de matéria-prima, de alimentos, de ferro, de minérios. O Brasil serve para isso no mundo hoje. Não interessa mais, nessa divisão internacional do trabalho, que o país tenha um mercado consumidor, por isso, os

“A quem interessa essa reforma, essa destruição da Previdência? Interessa a esses grupos econômicos, rentistas, especuladores, bancos nacionais e internacionais, para as empresas de previdência privada e para a lógica neoliberal do Estado mínimo”

grandes investidores estão atacando. Eles sabem que, com essas reformas, vai diminuir muito o poder aquisitivo da população, o que, conseqüentemente, vai diminuir o consumo. Alguns empresários mais conscientes e minimamente comprometidos com o país criticaram até mesmo a reforma trabalhista, alertando: “Olha, isso vai diminuir o consumo porque vai diminuir o salário; a estabilidade do país, então, vai diminuir”. Então haverá diminuição do mercado consumidor interno e, com isso, da arrecadação. Enfim, isso tem um efeito dominó em todo o país, em todas as áreas. Então, foi esse o papel que eles reservaram para o Brasil. É o que nós chamamos de reversão colonial, neocolonial. Nosso país vai voltar aos tempos do Brasil colônia, quando apenas exportava pau-brasil, depois açúcar, minérios e ouro. Esse é o papel reservado ao Brasil hoje nessa divisão internacional do trabalho. É por isso que eles estão fazendo as reformas, estão destruindo a Constituição Federal de 1988, a Constituição cidadã, em que nós tivemos grandes vitórias, grandes avanços.

Dessa forma, entendo que nós estamos vivendo o que chamamos de “desconstituente”. Uma destruição da Constituição de 1988, de todos os direitos que nós conquistamos. O que foi a reforma trabalhista, senão um retrocesso que afetou não só a CLT, mas também muitos artigos da Constituição federal, muitas conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras? Esse é o contexto em que nós es-

“Dessa forma, entendo que nós estamos vivendo o que chamamos de ‘desconstituente’. Uma destruição da Constituição de 1988, de todos os direitos que nós conquistamos”

tamos vivendo. Agora, é importante não entrar na lógica do que o governo coloca na mídia, do debate que é veiculado nos meios de comunicação de massa, na Rede Globo, na Globo News. Tem que tomar muito cuidado. Eles falam em déficit, em crise... isso não existe, na verdade. Eu queria bater nesse ponto aqui rapidamente, que é o mais importante: não há crise na Previdência Social. A seguridade social no Brasil é superavitária, isso já foi comprovado. Houve uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Congresso Nacional mostrando isso. Nós temos que discutir, em primeiro lugar, a reforma da Previdência ou vamos discutir a dívida dos empresários com a Previdência, dos governos com a Previdência. A dívida, hoje, é de no mínimo 450 bilhões de reais, que eles sonegaram e continuam sonegando.

A Friboi, o Bradesco, o Itaú, a Rede Globo e outras grandes empresas do Brasil devem bilhões para a Previdência. E, então, tem crise? Não tem, mas se tem déficit é por conta deles, dos sonegadores, do patronato, porque o trabalhador não tem como sonegar, já vem descontado no seu holerite.

Ainda tem a DRU (Desvinculação de Receitas da União). O João Batista citou e é importante ressaltar: se tem crise, por que a DRU foi mantida até agora, desde a época do Fernando Henrique, do primeiro governo? O que é a DRU? É o mecanismo que o Fernando Henrique utilizou, que foi instalado no Brasil em 1995 quando ele assumiu a Presidência, para sequestrar o dinheiro da Educação, da Saúde e da Previdência. Como o governo não podia diminuir o percentual, o governo tem que investir 18% do orçamento federal em educação e os estados e municípios, no mínimo 25%; isso é obrigatório. Eles queriam mexer nisso, queriam reduzir, mas ia pegar mal reduzir de 18% para 10% e reduzir os municípios e estados para 10%. E então, o que ele fez? Ele criou uma forma alternativa para disfarçar a retirada do orçamento das áreas sociais. Criou a DRU e começou retirando 20% do orçamento da Saúde, da Educação e da Seguridade Social, incluindo aí a Previdência Social. Isso foi mantido porque a DRU tinha que ser renovada a cada governo. Foi só em 2009 que isso mudou, mas apenas na educação. A DRU foi retirada da educação, mantendo-se na Saúde e na Previdência. No governo seguinte a DRU foi mantida; em 2014, não só foi mantida como aumentou de 20% para 30% o saque no dinheiro da Previdência e no da Saúde. Então, se tem crise, por que eles retiram, por meio da DRU, 30% do orçamento da Previdência? Para pagamento de juros da dívida para os rentistas e especuladores, essa é a política que tem vigo-

rado no Brasil. Então, temos a DRU, a dívida das empresas e dos governos com a Previdência e a dívida pública, que é a mais grave de todas. É por isso que precisamos de uma auditoria da dívida pública brasileira. Se não mexer aí, não tem saída para o Brasil, que destina quase metade de seu orçamento para o pagamento de juros a rentistas e especuladores. Sem isso, nosso país nunca vai sair do atraso social, essa é uma questão grave, entre muitas outras questões.

"Estado brasileiro pratica uma política de benefício fiscal para alguns setores econômicos"

Termino minha fala pontuando o seguinte: nós estamos fazendo este debate em níveis nacional, estadual e municipal. Aqui em São Paulo temos uma questão gravíssima, que é a da Prefeitura: o prefeito eleito em 2016 apresentou uma proposta de reforma da Previdência que é pior do que a reforma do Governo Federal, porque aumenta a alíquota de 11%, podendo chegar a 19% de desconto na folha de pagamento dos trabalhadores na ativa, de pensionistas e aposentados. Mas eu queria só apresentar um dado que serve para a União e para os municípios, que é um debate que nós estamos fazendo na Assembleia Legislativa.

Estamos vivendo a famosa política de desoneração do Estado, o que significa que o Estado brasileiro pratica uma política de benefício fiscal para alguns setores econômicos. Aqui em São Paulo, o governo estadual empossado em 2011 beneficiou, sobretudo, os grandes frigoríficos do Estado. Com isso, os frigoríficos deixaram de pagar parte dos impostos, ficaram isentos, graças a decretos que o governador assinou ao seu bel-prazer, sem passar pela Assembleia Legislativa, nem ter aprovação em lei. Além dos frigoríficos do estado de São Paulo, ele elaborou e publicou no *Diário Oficial* decretos que deram isenção fiscal para a Ambev, para as grandes avícolas e para as grandes mineradoras. Vários setores do agronegócio foram beneficiados com essas isenções. Assim, nessa política de desoneração que beneficiou setores empresariais, São Paulo perdeu mais de 15 bilhões de reais, dinheiro do orçamento do Estado, que é direcionado para esses setores empresariais. Contudo, esses mesmos setores empresariais, além de serem beneficiados dessa maneira, são também sonegadores dos tributos estaduais.

Só para vocês terem um exemplo da gravidade da situação, o governo estadual declarou que não tinha dinheiro para a Assistência Social, para a Saúde Pública, para a Educação, mas a Sadia deve 1 bilhão e 500 milhões de reais para o estado de São Paulo; além disso, foi beneficiada com a isenção de vários tributos estaduais, como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), mas mesmo assim sonega e, mesmo sendo devedora, continua sendo beneficiada.

Outra empresa distribuidora de carne de São Paulo deve 1 bilhão e 200 milhões de reais para os cofres públicos. Com esse dinheiro, daria para resolver toda a situação da USP (Universidade de São Paulo), da Unesp (Universidade Estadual Paulista), da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), das Fatecs (Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo) e das Etecs (Escola Técnica Estadual).

Vocês imaginam quantas escolas daria para construir aqui? Quantos hospitais públicos? Temos vários outros exemplos aqui. Tenho uma lista publicada pela Procuradoria Geral do Estado. O Frigorífico Margem deve 606 milhões de reais para o Estado. Enfim, têm várias outras empresas nesta lista. Então, a dívida desse setor com o estado de São Paulo é de quase 300 bilhões de reais, sendo que o orçamento desse estado para este ano é de 216 bilhões. Isso quer dizer que a dívida dessas empresas é maior que o próprio orçamento do estado de São Paulo.

Isso que eu falei aqui você pode aplicar na União, no Governo Federal, na cidade de São Paulo e em várias prefeituras e estados. Isto aqui é um modelo, cabe em qualquer outro. Campinas também tem muitas empresas que são beneficiadas com a isenção de impostos, embora sejam devedoras. Então, primeiro vamos debater. Isso a Rede Globo não debate; ela não vai debater dívida, sonegação, política de desoneração. Esse debate a gente faz com a população, para ela entender que está sendo roubada, que não precisa de reforma nenhuma.

"Nós temos que entender que a reforma da Previdência não é só uma questão de aposentado e pensionista. A gente tem que ver além disso, porque a Previdência Social tem um papel importante de distribuição de renda no Brasil"

Além de tudo isso que eu falei, nós temos que entender que a reforma da Previdência não é só uma questão de aposentado e pensionista. A gente tem que ver além disso, porque a Previdência Social tem um papel importante de distribuição de renda no Brasil. Setenta por cento dos municípios brasileiros dependem da Previdência Social. De que forma? As pessoas que recebem aposentadoria mínima de meio ou de um salário mínimo movimentam 70% das economias dos nossos pequenos municípios. No final do ano passado, eu estive no município de Ribeira, que fica na região de Apiaí, no Alto Vale do Ribeira. É o município mais pobre do Brasil, tem cerca de 3.500 habitantes. Estava discutindo lá com os professores da região a reforma da Previdência e falei disso. O prefeito da cidade assistiu à palestra, participou e concordou. Ele disse: "Olha, se fize-

"A Previdência Social no Brasil, tem uma função de distribuição de renda no país, vai muito além de pagar aposentadoria e pensão"

rem essa reforma da Previdência, nosso município vai quebrar, porque é graças às aposentadorias daqui, à aposentadoria rural, à aposentadoria da pessoa que ganha meio salário mínimo que a cidade consegue ter arrecadação. Se isso acabar, a cidade quebra literalmente". Então, como eu disse, a Previdência Social no Brasil, tem uma função de distribuição de renda no país, vai muito além de pagar aposentadoria e pensão. 🌱

Psicóloga, mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia e professora titular da Universidade de São Paulo.

“É importante que o Conselho de Psicologia e a categoria estejam muito atentos à questão da reforma da Previdência não só por serem trabalhadores, mas também por lidarem com pessoas que necessitam desse suporte”

É importante que o Conselho de Psicologia e a categoria estejam muito atentos à questão da reforma da Previdência não só por serem trabalhadores, mas também por lidarem com pessoas que necessitam desse suporte. A gente tem que lidar com pessoas que vivem situações difíceis, para usar um termo mais genérico. Então, eu acho que a apresentação do Giannazi foi bastante ilustrativa, didática e muito importante no sentido de configurar exatamente a que veio isso que está sendo denominado reforma e que é um eufemismo. As aspas no título dessa discussão são bastante importantes. Quando a gente discute Previdência Social, está discutindo um aspecto muito importante, que é o direito à vida. Pensar a proteção social e a Previdência Social é pensar as condições que o Estado pode dar para garantir o direito à vida.

Mas como pensar isso numa sociedade como a nossa, que é extremamente desigual? Acho que já foram divulgados dados recentemente, inclusive sobre as pessoas que acumulam mais riqueza no Brasil. Foi um dado da Oxfam¹, cerca de oito em-

1 OXFAM. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.

presários que concentram uma grande parte da riqueza, e eu acho que isso tem que estar sempre em pauta quando a gente discute o que está sendo chamado de reforma da Previdência Social.

Tem uma autora, a professora Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, que é professora da Federal do Rio de Janeiro e que estuda há muitos anos a Previdência Social no Brasil. Eu me lembro de que, quando eu era uma jovem formada em psicologia, lá na década de 1980, nós já estudávamos a Maria Lúcia Werneck Vianna justamente para pensar a questão das políticas públicas, das políticas sociais e da Previdência Social. Coincidentemente, uma afirmação que o Giannazi fez agora há pouco, na fala dele, é o título desta fala² da Maria Lúcia: “a seguridade social é superavitária”. Ela vai apontar para uma série de interesses que estão aí presentes quando se pensa nisso que tem sido denominado reforma da Previdência.

“Quando a gente discute Previdência Social, está discutindo um aspecto muito importante, que é o direito à vida. Então, pensar a proteção social e a Previdência Social é pensar as condições que o Estado pode dar para garantir o direito à vida”

2 A palestrante, nesse momento, faz referência ao seguinte texto: Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna. *A seguridade social é superavitária*. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/opinio/maria-lucia-teixeira-werneck-vianna-a-seguridade-social-e-superavitaria/27591/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

“Ele discutiu a Previdência Social como um sistema de proteção social, ou seja, a importância de pensar a Previdência Social como uma propriedade social, e não como uma propriedade privada”

Até mesmo o interesse dos bancos e das seguradoras privadas, que é efetivamente o de tirar todo esse montante de recursos da Previdência Social e canalizar para a previdência privada. Mas eu acho interessante, quando a gente pensa na Previdência Social e quando eu digo que é preciso discutir o direito à vida, utilizar uma referência do sociólogo Robert Castel, que já faleceu há alguns anos. Ele discutiu a Previdência Social como um sistema de proteção social, ou seja, a importância de pensar a Previdência Social como uma propriedade social, e não como uma propriedade privada.

Uma coisa que eu acho que é importante pontuar nessa discussão que o Castel traz é que existe uma diferença muito grande entre Previdência Social e previdência privada. No segundo caso, você vai contribuir se tiver recursos para contribuir, isto é, você será visto como um consumidor que vai ter dinheiro para comprar um plano. No caso da Previdência Pública, da proteção social, da propriedade social, a ideia é que você é um cidadão e que vai ter direito à vida, independentemente de ter, num determinado momento, capacidade de trabalhar e gerar rendimento para isso. Então, ela é de fato uma forma de proteção social, é redistributiva e não está baseada na sua capacidade individual de pagar por um plano de previdência. No Chile, que é um dos países da América do Sul onde toda a política neoliberal foi implantada, só agora as pessoas estão se aposentando a partir desse plano neoliberal de previdência privada e estamos acompanhando o desastre que está sendo. Acho que a gente tem aí um exemplo

“Então, ela é de fato uma forma de proteção social, é redistributiva e não está baseada na sua capacidade individual de pagar por um plano de previdência”

muito próximo do que pode acontecer com isso que está sendo denominado reforma e que, na verdade, consiste em acabar com a proposta que a gente tem de Previdência Social.

Outra coisa que eu acho importante destacar, nessa leitura que o Castel traz, é que a ideia de uma propriedade social está respaldada na concepção de que o Estado é um Estado social, que é ele que deve prover isso, que deve garantir meios por meio dos quais todos nós tenhamos direito à vida. E outro aspecto também interessante, principalmente para nós do campo da Psicologia, é o fato de que essa proteção social é aquilo que garantiria a possibilidade da existência das diferenças. Acho que isso é algo que tem que ser muito destacado.

Para concluir, eu acho que é muito importante que todo esse debate sobre Previdência Social tenha uma base, que é uma base que retome, de forma bastante séria e competente, a história da própria Previdência Social no Brasil. Ela vai remontar às caixas de aposentadorias e pensões no começo do século passado, às associações de ajuda mútua, na verdade, aos institutos de aposentadorias e pensões da década de 1960; na época da ditadura, ela era unificada no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Então, uma coisa que é muito importante a gente ter em vista é que aquilo que formou o caixa dessa Previdência, como a conhecemos, depois modificou-se, obviamente, mas a base dessa unificação foi o dinheiro dos trabalhadores daquelas caixas de aposentadorias e pensões dos institutos de aposentadoria e pensão.

E algo que a Maria Lúcia Werneck diz e que é importante recuperar é que não se discute a parte de contribuição que o Estado tem que dar para a Previdência Social. E aí tem toda uma série de usos indevidos que foram feitos desse dinheiro e cuja responsabilidade agora se deseja jogar nas costas dos trabalhadores, aquilo que está sendo definido como um déficit e que, na verdade, como a Maria Lúcia fala e o Giannazi falou aqui também, é superavitário. Eu acho que isso é muito importante e que a gente não deve comprar aquilo que se quer apresentar como verdade, mas que vai prejudicar a maioria da população. 🌱

A “Reforma da Previdência”

Vinícius Saldanha Momberg

Secretário de Administração e Finanças do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, pós-graduando no curso de especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo da Unicamp, Coordenador do Comitê de Jovens da ISP Brasil, psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Na perspectiva dos direitos, da redução das desigualdades e da redistribuição de renda, considero mais adequado nomear esse processo de “deformação da Previdência”, desconstruindo essa lógica das metas fiscais e do seguro. Acho que o que a gente precisa, neste momento, urgentemente, para toda a classe trabalhadora mundial e aqui no Brasil também, é repensar o próprio mundo do trabalho, senão a gente fica tentando fazer alguns ajustes quando, na verdade, o problema é estrutural. Sem falar do problema da desigualdade social aqui no Brasil, que é estrutural também e que acaba se aprofundando pela desigualdade no mundo do trabalho. Além disso, queria reforçar que o Sindicato dos Psicólogos (SinPsi) está mobilizado junto a toda classe trabalhadora. A gente convoca a categoria para estar presente nas mobilizações, coloca o nosso setor jurídico também à disposição, de acordo com as necessidades.

A reforma da Previdência de fato é terrível. Ela traz impactos nefastos e, para nós, enquanto psicólogos e psicólogas, traz efeitos duplos – enquanto cidadãos e enquanto trabalhadores, que vão ter perdas inegáveis. Traz também alguns desafios, alguns obstáculos muito consideráveis em nossa atuação nas políticas públicas, na área da Saúde, na área da Assistência. Isso gera também um sofrimento psíquico, um sofrimento psicossocial para as pessoas que estão sendo alvo de todos esses ata-

“Isso gera também um sofrimento psíquico, um sofrimento psicossocial para as pessoas que estão sendo alvo de todos esses ataques”

“O que a gente precisa, neste momento, urgentemente, para toda a classe trabalhadora mundial e aqui no Brasil também, é repensar o próprio mundo do trabalho, senão a gente fica tentando fazer alguns ajustes quando, na verdade, o problema é estrutural. Sem falar do problema da desigualdade social aqui no Brasil, que é estrutural também e que acaba se aprofundando pela desigualdade no mundo do trabalho”

ques. O Giannazi colocou as questões dos impactos que isso traz para a economia, como a tendência a aprofundar o desemprego que a gente já tem vivido. A gente tende a ter mais pessoas abaixo da linha da pobreza, um problema que, se não estava resolvido, estava prestes a ser, pelo menos a curto prazo.

Hoje, com esse cenário da “reforma” e o ato de desvincular os benefícios do aumento do salário mínimo, isso tende a fazer com que os aposentados ganhem menos do que um salário mínimo, então você vê aprofundar a pobreza, a desproteção social. E é óbvio que, como também foi colocado, uma vez que há um ambiente de disputa de interesses empresariais, de interesses rentistas em detrimento dos interesses dos trabalhadores, o que não é algo novo – isso, desde o início do capitalismo ou até

mesmo antes, é algo que se coloca –, obviamente já houve tentativas anteriores de desmonte da Previdência ou de medidas que eram desfavoráveis aos trabalhadores. Mas é importante assinalar que o que a gente vive agora, e como o Giannazi também colocou, é uma consequência de ações dos empresários, dos rentistas, mas que também se inicia – a gente não pode esquecer disso – com um golpe parlamentar, jurídico, midiático; 1964 foi um golpe, mas 2016 também foi, e a gente não pode tirar isso da análise. Foi um golpe que começou com o desrespeito aos votos de milhões de brasileiras e brasileiros que elegeram uma presidente democraticamente. Obviamente, a gente, enquanto classe trabalhadora, também discordava de alguns rumos do governo, mas, quando se desrespeita o direito ao voto, quando se desrespeita a democracia, você abre margem para uma série de outras retiradas de direito.

Então, a gente nunca pode perder de horizonte que a reforma da Previdência é apenas mais um capítulo dessa agenda pós-golpe, que começa com o *impeachment* sem o crime de responsabilidade; depois vem a PEC 55, que congela os gastos, os investimentos sociais por 20 anos, inviabilizando esse Estado constituído em 1988, a entrega do Pré-Sal, a reforma trabalhista. A reforma trabalhista, inclusive, dificulta e muito o acesso ao sistema previdenciário, porque cria uma precarização sem precedentes no mercado de trabalho. Precariza os vínculos, dificulta cada vez mais o acesso. Então, a reforma trabalhista, apesar de não abordar abertamente a questão da Previdência, acaba atingindo-a como consequência disso.

Enfim, nessa ampla agenda de retirada de direitos, outra coisa que acontece em paralelo a isso: a perseguição consistente aos movimentos sociais, ao movimento sindical, às lideranças políticas mais progressistas justamente para tentar minar a pos-

sibilidade de resistência frente a esses retrocessos. Outro fator importante a ser colocado é que a atual conjuntura pós-golpe se nutre e também dissemina, alimenta ainda mais o ódio na sociedade, o discurso de ódio, o fascismo, a homofobia, o racismo, o machismo, e não é à toa que na reforma da Previdência as principais afetadas são as mulheres.

Já caminhando para o final da minha fala, eu acho que, para além de todo esse diagnóstico, de todas essas observações, da avaliação desse cenário, que é realmente muito ruim, a gente precisa pensar quais são as propostas daqui em diante. Porque é inegável que a classe trabalhadora enfrenta, até por conta dessa perseguição, dificuldades em estabelecer uma resistência efetiva a isso tudo. Eu acho que há resistência; se não houvesse resistência, já teriam tirado muito mais, mas a gente precisa aprofundar essa resistência, e é aí que eu encaminho basicamente duas perguntas para os expositores. A primeira é em relação à mídia. A gente tem aqui um bom exemplo de debate aprofundado, com posições diferentes em alguns pontos. Mas pensando em um aprofundamento, em uma reflexão crítica, não é o que a gente vê na grande mídia. Na grande mídia, a gente vê defesas intransigentes à reforma e encontra dificuldades de furar esse bloqueio, de estabelecer um debate mais amplo com a sociedade. O Sistema Conselhos de Psicologia tem uma produção relevante sobre a importância da democratização da mídia aqui no Brasil, mas, enquanto ela não acontece, até para a gente poder viabilizar essa democratização, eu gostaria que os expositores falassem um pouco mais sobre como furar esse debate a curto, a médio e a longo prazos. E o segundo ponto é como a gente resgata um projeto de país democrático, popular, que possa considerar a necessidade de combater os retrocessos que o governo golpista estabeleceu, além de aprofundar as reformas estruturais que precisam ser feitas? Como vocês veem essa possibilidade de retomada de um projeto de unidade da classe trabalhadora? Porque acho que necessitamos justamente disso, de união para além das nossas diferenças. 🌱

“Outro fator importante a ser colocado é que a atual conjuntura pós-golpe se nutre e também dissemina, alimenta ainda mais o ódio na sociedade, o discurso de ódio, o fascismo, a homofobia, o racismo, o machismo, e não é à toa que na reforma da Previdência as principais afetadas são as mulheres”

“Como vocês veem essa possibilidade de retomada de um projeto de unidade da classe trabalhadora? Porque acho que necessitamos justamente disso, de união para além das nossas diferenças”

Cleiton Leite Coutinho

Advogado, pós-graduado em Gestão Pública com ênfase em Gestão Municipal pela Universidade Federal do Grande ABC. Advogado do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo.

23

O palestrante inicia sua fala saudando os companheiros de mesa e, em seguida, faz referência à fala da professora Leny Sato.

A fala da professora Leny é bastante reflexiva quando trata nosso sistema de previdência como um sistema que tem que ser olhado com uma atenção diferente. Hoje, no Chile, depois da reforma, a previdência privada está pagando 40%. A gente tem que prestar atenção nesse dado, nessa situação, em que as pessoas que não têm a menor condição vão buscar o amparo social, para relacionar mais incisivamente com o regime geral da Previdência Social do Brasil como uma forma de garantia mínima de direito das pessoas menos abastadas, menos privilegiadas no nosso país. Então, eu acho que essa fala tem uma reflexão, um significado muito importante e é fundamental para o nosso debate.

Eu quero falar um pouco também sobre os servidores públicos, como coordenador do departamento jurídico do Sindsep (Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo), como pessoa que acompanha diária e diretamente a luta dos servidores públicos municipais. Ao observar de perto a dinâmica da realidade desses servidores, posso assegurar que não é uma casta privilegiada de forma geral. Você tem o Judiciário, e aí eu vou abrir um parêntese aqui na fala do João Batista Inocentini: o Judiciário é uma casta realmente. Aqueles que julgam alegando o princípio da moralidade recebem o auxílio-aluguel mesmo tendo apartamentos. Não é nem um apartamento; são vários. E eles fazem declarações extravagantes, zombando das pessoas como se aquilo fosse um grande feito. Em relação aos servidores, a grande maioria sofre assédio mo-

ral diariamente. Recebo várias reclamações. E eles não têm a revisão geral do artigo 37, inciso 10, da Constituição, então veem seu poder de compra diminuindo, como o de qualquer trabalhador. Quanto aos aposentados, são pessoas que vivem fazendo bicos e trabalhando em jornadas além do normal para complementar a aposentadoria e pagar por seus remédios. Essa é a situação do quadro dos servidores públicos no Brasil, nas diversas esferas. Então temos a situação do déficit.

“Ao observar de perto a dinâmica da realidade desses servidores, posso assegurar que não é uma casta privilegiada de forma geral. Você tem o Judiciário, e aí eu vou abrir um parêntese aqui na fala do João Batista Inocentini: o Judiciário é uma casta realmente. Aqueles que julgam alegando o princípio da moralidade recebem o auxílio-aluguel mesmo tendo apartamentos. Não é nem um apartamento; são vários. E eles fazem declarações extravagantes, zombando das pessoas como se aquilo fosse um grande feito”

Nós temos a sonegação de 500 bilhões (cerca de meio trilhão de reais) por ano no Brasil. Vir taxar os trabalhadores, os mais pobres, a uma reforma da Previdência como essa não é possível. Outra coisa que tem que ser destacada e merece uma atenção profunda em relação à reforma – e quero já fazer outro parêntese na fala do deputado Carlos Giannazi – é que em São Paulo o prefeito eleito em 2016 pautou a Previdência. Com um ano de gestão, em dezembro, pautou o 621 de novo, aumentando a alíquota dos servidores de 11% para 14% e propondo que, ao longo da carreira, pagassem progressivamente uma alíquota suplementar de 5%, chegando a 19%. Isso é algo indecente. Tem lá a segmentação de massa, que é dividir os servidores da ativa em um fundo e os servidores que ingressarão no serviço público futuramente em outro fundo. Nessa divisão, quem vai pagar a aposentadoria dos que estão na ativa? É bastante indecente essa reforma; trabalha a securitização, que é a venda de dívidas do município, a preço de banana, sabe-se lá para quais empresas, sob o pretexto de que vai devolver 50% desses valores para os cofres do Iprem, que é o Instituto de Previdência do Município.

Parece então que, para além do problema nacional, que é gravíssimo, o município tem um grande problema a ser resolvido. E vou também aqui, de forma bem rápida, pedir licença só para finalizar dizendo que o governo federal, na Emenda 41 de 2003 – em que pese ter alguma discordância em alguns pontos, mas nas políticas sociais o que se avançou nesse país nos governos seguintes, acho que compensa do ponto de vista dos ajustes que foram feitos nos diversos campos da política, seja previdenciária ou não –, tivemos avanços na política do salário mínimo. O então ministro da Previdência de 2007 fez uma proposta que permitia que, todos os anos, a gente tivesse um ajuste para todos os trabalhadores neste país. Agora, estamos vendo o salário mínimo encolher no Brasil. Então acho que tem muita diferença. E tem diferença também entre os ministérios dos governos anteriores. Acho que isso é fruto da democracia representativa, que impõe alianças que nem sempre são as mais saborosas. Então nós temos que entender esse sistema, o que não significa ser conivente com ele. 🤝

Realização:



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP